

SAÚDE MENTAL

A tragédia financeira e social do vício em apostas

Compulsão pelo jogo on-line leva a endividamentos e afeta famílias. Após nove meses das novas regras de regulamentação das bets, o maior desafio é garantir a fiscalização das plataformas, segundo especialistas

» ANA CAROLINA ALVES
» LETÍCIA MOUHAMAD

Baixar o aplicativo, jogar, assistir às propagandas, depositar dinheiro, lucrar, fazer empréstimos e perder tudo. Esse tem sido o trajeto feito (e sofrido) por pessoas viciadas em apostas esportivas. O resultado quase sempre é o mesmo: o endividamento e o adoecimento mental. Não apenas de quem aposta, mas de todos que, de alguma forma, lidam com as consequências desse vício. O Sistema Único de Saúde (SUS) registrou, nos últimos dois anos, uma média de 1,2 mil atendimentos ambulatoriais relacionados a transtornos do jogo — 1.290 em 2023 e 1.263 em 2024. De janeiro a abril deste ano, foram 271 atendimentos, segundo o Ministério da Saúde (MS).

Nove meses após entrarem em vigor as novas regras de regulamentação das bets — plataformas de apostas esportivas on-line, o maior desafio é garantir a fiscalização de um mercado digital e globalizado. É o que explica o advogado Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli, mestre em direito econômico e socioambiental.

"Muitas plataformas operam no exterior, dificultando a ação direta dos órgãos nacionais. Além disso, a regulamentação ainda enfrenta obstáculos em cobrir práticas como manipulação de resultados, publicidade agressiva e estratégias que podem incentivar a ludopatia (jogo patológico), especialmente entre jovens e pessoas em situação de vulnerabilidade", aponta.

A lei brasileira prevê medidas de jogo responsável, como verificação de identidade, limites de depósito e a possibilidade de autoexclusão. "São mecanismos que buscam prevenir o vício, mas, na prática, a responsabilidade das casas em relação à ludopatia e ao superendividamento é limitada. A lei não impõe uma responsabilidade direta pelas consequências do uso abusivo, transferindo grande parte do controle para o próprio usuário", completa Pignaneli.

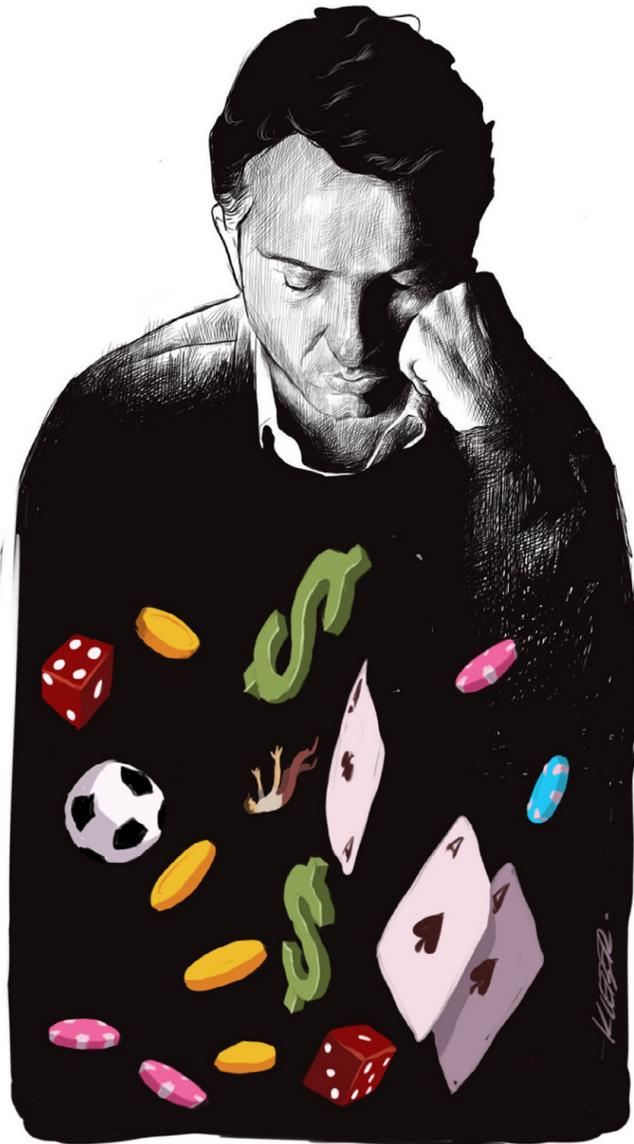
Para Luciana Codeço, advogada com experiência em assessoria jurídica e gestão de riscos, a lei avançou de forma significativa, visto que definiu superendividamento, reforçou crédito responsável, educação financeira e repactuação coletiva (mecanismo de reequilíbrio de um contrato administrativo).

"Considero como medidas necessárias complementares para reforçar e ampliar a eficácia da lei, o estabelecimento de limites obrigatórios de depósito e perda; a existência de ferramentas nacionais de autoexclusão, no qual o apostador seja bloqueado em todas as plataformas de uma só vez; e apoio público ao tratamento da ludopatia, com políticas de saúde mental acessíveis. Só assim será possível equilibrar arrecadação, liberdade econômica e a proteção das famílias", enumera.

Endividamento

Alberto*, 59 anos, viu o equilíbrio da família ruir quando tomou conhecimento de que João*, seu sobrinho, 30, estava viciado em apostas esportivas. O prejuízo financeiro chegou a R\$ 500 mil. "Minha irmã ficou arrasada e pediu ajuda para o encaminharmos a um tratamento. Meu cunhado, já aposentado e com mais de 60 anos, precisou buscar um novo trabalho para pagar os prejuízos. Eu, como advogado, atuei nas negociações das dívidas junto de bancos e agiotas", relata.

João foi submetido a um tratamento psiquiátrico, com auxílio de medicações contra a ansiedade gerada pelo vício, além de ter suas contas bancárias monitoradas 24 horas por dia durante seis meses. As atividades no celular e no computador também passaram



1,2 MIL
É a média de atendimentos ambulatoriais anuais relacionados a transtornos do jogo na rede pública de saúde

FONTE: SUS

a ser vistoriadas pela família e, hoje, o acompanhamento dos extratos é feito diariamente. "Ele está 'limpo' há 18 meses e conseguiu retomar a carreira de servidor público. É preciso que as pessoas tenham consciência do quanto essa dependência devasta famílias. É mais uma droga que leva à desgraça pessoal", ressalta Alberto.

Segundo a advogada Luciana Codeço, o vício em apostas on-line cria um padrão muito semelhante ao superendividamento tradicional, mas com um agravante: a velocidade e facilidade do acesso. Tudo começa com microtransações contínuas, 24 horas por dia, com reforço imediato, como ganhos, pontos ou bonificações, e publicidade agressiva, acelerando a perda de controle.

"No ambiente digital, não há tempo de reflexão, pois a pessoa acessa em segundos tanto a plataforma de apostas quanto o crédito adicional. Ou seja, são dois fatores de

pedido da Secretaria da Família e da Juventude (SEFJ-DF).

O levantamento, anônimo e confidencial, vai identificar quem são os apostadores do DF, quais modalidades de jogos de azar são praticadas, os motivos que levam as pessoas a apostar e as consequências desse hábito. A pesquisa também buscará compreender a percepção de quem não aposta.

O estudo será realizado por meio de questionário aplicado por pesquisadores

risco combinados que se retroalimentam. Assim, a pessoa aposta, perde, pega empréstimo em minutos no celular e volta a apostar. O ciclo acelera o colapso financeiro e exige respostas mais firmes do Judiciário", avalia Codeço.

A ilusão de que um empréstimo seria eficiente para recuperar o valor perdido nas apostas foi vivida por Roberto*, 49, em 2021. "Pensei: 'Logo que eu conseguir multiplicar o valor do empréstimo, quito a dívida e fico com o lucro'. Então, depusitei R\$ 1.700, mas perdi tudo. A partir daí, decidi não fazer mais essa loucura", conta. No entanto, em 2024, cadastrou-se em outra plataforma de jogos, na qual foi gradativamente aumentando suas apostas até chegar a R\$ 169 mil acumulados. O ganho, porém, não pôde ser sacado.

"Percebi que tinha caído em um golpe e acionei o Procon", lamenta. Roberto foi a primeira pessoa a registrar uma reclamação no órgão contra aplicativos de jogos de azar. Lá, ao pesquisar o nome da empresa, notou que os dados de contato estavam errados. Então, acionou a Justiça, com o apoio da Defensoria Pública do DF (DP-DF), para conseguir encontrar o estabelecimento e exigir a quantia prometida pelo jogo. O processo continua em andamento.

"Ainda jogo ocasionalmente, mas não tiro dinheiro das compras do mês ou de pagar as contas para arriscar em apostas. O máximo que depusitei é R\$ 25. Não há

uniformizados em locais de grande circulação, abrangendo todas as regiões administrativas do DF, com dados separados por gênero e faixa de renda. Podem participar cidadãos com mais de 18 anos que residam no Distrito Federal.

A diretora de Estudos e Políticas Sociais do IPEDF, Marcela Machado, destaca a importância do projeto para subsidiar políticas públicas: "Nosso objetivo é compreender não apenas quem aposta, mas também

Três perguntas para

ADRIANA SCHIAVONE É PSICÓLOGA E ESPECIALISTA EM COMPULSÃO

Como funcionam os grupos terapêuticos no tratamento da compulsão por jogos e quais os benefícios desse acompanhamento coletivo?

Os grupos terapêuticos funcionam como um espaço de acolhimento e troca de experiências, em que pessoas que enfrentam a compulsão por jogos podem compartilhar suas vivências em um ambiente seguro e sem julgamentos. O formato coletivo favorece o reconhecimento de que o problema não é individual, reduzindo sentimentos de isolamento e vergonha. Além disso, possibilita o aprendizado por meio da experiência do outro, fortalece a rede de apoio e contribui para a motivação no processo de mudança.

Que papel têm plataformas de apoio on-line, como grupos anônimos, para quem sente vergonha ou medo de se expor?

As plataformas online oferecem um recurso fundamental para

pessoas que ainda não se sentem prontas para buscar atendimento presencial ou que carregam medo de julgamento. Esses grupos anônimos garantem privacidade e acessibilidade, permitindo que os participantes iniciem um processo de apoio de forma menos ameaçadora.

Qual a importância de falar sobre saúde mental ao tratar do superendividamento causado pelas bets?

A compulsão por jogos envolve mecanismos emocionais profundos, como a busca por alívio da ansiedade, sentimentos de vazio ou dificuldades em lidar com frustrações. Quando falamos em saúde mental nesse contexto, ampliamos a compreensão do problema e favorecemos abordagens que vão além da renegociação de dívidas. Cuidar da saúde mental é essencial para interromper o ciclo da compulsão, reduzir recaídas e possibilitar uma verdadeira reestruturação da vida pessoal, financeira e social do indivíduo.

diversão em ficar perdendo dinheiro, não é?", comenta. Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli, mestre em direito econômico e socioambiental, reforça que há espaço na Justiça para buscar reparação. Também é possível pleitear indenização por danos emocionais ou psicológicos ligados à ludopatia, principalmente quando a empresa não adota medidas adequadas de prevenção.

Transtorno comportamental

O transtorno do jogo, como é tecnicamente chamado, está enquadrado nas chamadas dependências comportamentais. A psiquiatra e professora da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília (UnB) Helena Moura explica que, do ponto de vista neuroquímico e neurobiológico, o problema é semelhante à dependência em drogas, visto que atua no sistema de recompensa, no qual são geradas as sensações de prazer e euforia, além do desejo de repetir aquele comportamento para obter cada vez mais prazer.

"A primeira estratégia é sempre sentar com a pessoa, conversar, procurar entender o que está acontecendo e se colocar à disposição para ajudar no que for possível. É preciso conferir em que pé está a dívida, até que ponto tem agiotas no meio e quais os perigos disso. Também é importante avaliar o quanto o patrimônio da família está em risco e não deixar por conta do próprio jogador a responsabilidade de correr atrás desse problema nem lhe emprestar dinheiro. Afinal, ele vai tentar reverter o dano jogando", orienta.

Segundo a psiquiatra, o transtorno afeta de forma significativa a vida socioemocional do indivíduo, tomando-a constantemente tensa, ansiosa e irritada, principalmente com as pessoas mais próximas. Há, ainda, a questão de quebra de confiança. "Muitas vezes, um casal, por exemplo, constrói um patrimônio juntos e, de repente, por um jogo, o gasto que não foi a princípio uma decisão compartilhada mina aquele relacionamento", exemplifica.

"Atualmente, temos visto pessoas cada

vez mais jovens e mulheres apostando. Pessoas que não tinham qualquer outra dependência ou comorbidade psiquiátrica. Isso é um sinal de alerta muito importante, porque é difícil dedicar campanhas de prevenção melhor direcionadas diante de um público tão diverso", completa Helena Moura.

Apoio institucional

Em um restaurante no Guará, uma iniciativa chama atenção para os riscos das apostas. A administradora do espaço, Fernanda Paiva, 33, decidiu convidar um psicólogo para auxiliar e orientar os funcionários do lugar a respeito do problema. "Percebemos o sofrimento com os jogos on-line após notar um certo vício no celular. Em todo descanso, e até mesmo em horário de trabalho, um dos nossos colaboradores se ausentava, ia para um lugar distante e ficava aflito olhando para o celular. Em seguida, começou a pedir dinheiro emprestado para os colegas do serviço e vales para a empresa", relata.

Com o tempo, o funcionário se tornou ansioso e começou a emagrecer. Certa vez, tentou tirar a própria vida e ficou internado por uma noite. "A empresa tentou ajudar com diálogos e conselhos financeiros, mas chegou um momento no qual ele estava tão endividado e fora de si que resolveu mudar de cidade. Possivelmente para se distanciar de cobranças. Disse que não voltaria mais, e não tivemos mais notícias", diz Fernanda.

Pouco tempo depois, ela notou que outro colaborador estava indo para um caminho parecido ao do colega. "São pessoas humildes, honestas e trabalhadoras. Tem, infelizmente, fácil acesso a esses jogos e acabam se iludindo facilmente. Foi então que decidimos começar a prestar esse auxílio, tanto para ajudar quem, por ventura, já esteja sofrendo com o vício, quanto para prevenir", conta.

No início de outubro, o restaurante vai receber a primeira visita do psicólogo. "Cuidar da saúde mental é essencial", conclui a psicóloga, especialista em compulsão Adriana Schiavone. Leia **Três perguntas para**.

Diagnóstico do problema

O Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF) iniciou, neste mês, a pesquisa "Apostador no Distrito Federal: diagnóstico comportamental e sociodemográfico", realizada a

de políticas públicas, além de qualificar a informação para o debate na sociedade. A construção de uma base de dados confiável, com fundamentação científica e metodológica, é um passo importante para formulação de políticas públicas assertivas e baseadas em evidências", destaca o diretor-presidente do IPEDF, Manoel Clementino.

Para mais informações sobre o novo levantamento, acesse as pesquisas em andamento do IPEDF.